

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.544 - PB (2019/0307823-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MARIA CELMA BERNARDO DE LIMA
ADVOGADO : ABRAÃO BRITO LIRA BELTRÃO - PB005444
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA CELMA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (e-STJ fls. 1114/1131).

Consta dos presentes autos que a recorrente foi denunciada e pronunciada como incurso no art. 121, *caput*, do Código Penal, sendo absolvida pelo Tribunal do Júri (e-STJ fls. 1004/1005).

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, porquanto, apesar de reconhecer que a acusada efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima José Alves de Lima, seu marido, que veio a falecer, logo em seguida, esta foi absolvida (e-STJ fls. 1027/1035).

A Corte *a quo* deu provimento ao apelo ministerial, determinando a submissão da ora recorrente a novo julgamento pelo Conselho de Sentença, nos termos do acórdão cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 1120):

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. TESE DA LEGÍTIMA DEFESA, INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA E CLEMÊNCIA. ACOLHIMENTO PELOS JURADOS. IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. DECISUM BASEADO APENAS NA PALAVRA ISOLADA DA ACUSADA. SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO. PROVIMENTO DO APELO.

É possível a cassação da decisão proferida pelo Conselho de Sentença quando ela acolhe uma versão que não encontra suporte na prova dos autos, pois não é de se admitir que a conclusão dos jurados seja completamente divorciada do

Superior Tribunal de Justiça

contexto probatório.

É manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que, dissociando-se completamente do conjunto probatório, acolhe tese sustentada exclusivamente com base na palavra isolada do réu.

Sendo a decisão manifestamente contrária às provas dos autos, esta deve ser cassada, e o réu, submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Opostos embargos de declaração pela defesa (e-STJ fls. 1135/1136), esses foram rejeitados, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1146):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INCONFORMISMO COM O ACÓRDÃO. PRETENSÃO DE REDISCUTIR A MATÉRIA SUFICIENTEMENTE ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- Não é possível, em sede de Embargos de Declaração, rediscutir matéria que ficou suficientemente analisada e decidida.

- O acolhimento de Embargos de Declaração somente poderá ocorrer quando configurada quaisquer das condições impostas pelo art. 619 do Código de Processo Penal.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 1155/1170), alega a parte recorrente violação do artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal.

Sustenta que, no rito dos crimes dolosos contra a vida, o quesito de clemência é genérico e obrigatório, decidindo os jurados de acordo com a íntima convicção, de modo que não há se falar em decisão absolutória contrária à prova dos autos.

Aduz que [...] restou comprovado que a vítima abusava sexualmente de duas filhas e de uma neta da recorrente, tendo a defesa arguido a tese da clemência em plenário, tendo a o conselho de sentença acolhido a tese defensiva, não cabendo ao tribunal cassar a decisão que

Superior Tribunal de Justiça

encontra amparo na prova dos autos, pois os jurados perdoaram a conduta da recorrente em razão da [sic] vítima abusar sexualmente de duas de suas filhas e da neta, o que é plenamente cabível, lógico e racional (e-STJ fl. 1166).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para restabelecer a sentença absolutória.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1196/1203), o recurso foi admitido pela Corte local (e-STJ fls. 1223/1224).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do recurso, nos termos do parecer assim ementado (e-STJ fl. 1239):

PENAL - RECURSO ESPECIAL - INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE À LEI FEDERAL OU A JURISPRUDÊNCIA FIRMADA - ART 105, III A e C DA CF.

Se o RESP é interposto com pretensão arrimo no art. 105, III, "a" ou V, da CF, indispensável se faz demonstrar a contrariedade à lei ou a divergência jurisprudencial, não se prestando o recurso para reforma do acórdão fora destes pressupostos.

Parecer pelo improvimento do recurso.

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Passo, então, à análise do mérito.

Acerca da matéria, o Tribunal local consignou (e-STJ fls. 1124/1130):

[...]

Vê-se, pois, que somente a decisão do júri que não tenha amparo nos elementos de convicção colhidos no decorrer da instrução processual é que pode dar ensejo a um novo julgamento, exigindo-se, assim, para a anulação sob tal

fundamento, que haja um completo afastamento entre a decisão e a realidade fática produzida.

In casu, entendo que a decisão emanada pelo conselho de sentença não encontra amparo nos elementos de provas encartados nos autos, conforme passo a expor.

No que pertine à tese de LEGÍTIMA DEFESA, esta restou consubstanciada exclusivamente na palavra da denunciada, a qual, em plenário, afirmou que o ofendido pegou uma arma para matá-la, de modo que ela, censurada, pegou o outro revólver da vítima e desferiu-lhe dois tiros.

De plano, percebe-se que tal versão dissocia-se por completo daquela outrora apresentada na fase policial, quando a censurada afirmou que a vítima estava dormindo quando foi assassinada.

Importante registrar, nessa vertente, o teor do Laudo de Exame Pericial em Local de Morte Violenta, no qual os Peritos identificaram que a presença de sangue apenas na região do colchão que estava em contato com a cabeça da vítima, indicava que esta recebeu os disparos quando estava deitada e provavelmente adormecida.

"(...) Considerando que apenas sobre a área de contato do colchão onde estava apoiada a cabeça do cadáver havia impregnação de sangue, e as outras áreas tanto do colchão quanto do piso não apresentavam respingamento ou espargimento de sangue; são acordes os signatários em afirmar que a vítima recebeu os disparos quando se encontrava na posição decúbito dorsal, e provavelmente desacordada (...)"

(Excerto do Laudo de Exame Pericial em Local de Morte Violenta - fl. 107)

Ademais, a vítima tratava-se de um policial militar, o que torna ainda menos crível a referida tese defensiva. É que parece pouco provável que o ofendido, mesmo diante de sua experiência profissional, e com uma arma em punho, tenha sido atingido sem que esboçasse qualquer reação no sentido de disparar a revide.

Assim sendo, entendo que a versão defensiva de legítima defesa encontra-se dissociada das provas dos autos.

Sobre a tese de INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA entendo que esta também não encontra substratos nos elementos do arcabouço probatório, pelas razões que passo a explicar.

[...]

A Lei Penal, no entanto, prevê, expressamente, situações específicas em que autor de um fato tido como delituoso não será punido, quando dele não se puder exigir que haja de acordo e com obediência ao Direito, nos casos de coação moral irresistível ou em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal, conforme disciplina o art. 22 do Código Penal pátrio:

[...]

No entanto, para que a inexigibilidade de conduta diversa seja configurada, é imprescindível que o agente, diante da situação concreta, não tenha outra opção senão a prática da conduta vedada por lei. Em outras palavras, a ficção jurídica em comento só ocorrerá quando humanamente impossível exigir-se do agente outra conduta.

De acordo com o magistério de Fernando Galvão, se a conduta punível puder ser evitada, "não haverá justificativas para violação do bem jurídico e o agente deverá ser considerado culpado" (GALVÃO. Fernando, Direito Penal - Curso Completo. 2007. p. 342).

No caso dos autos, da análise detida do arcabouço probatório, não verifico elementos suficientemente hábeis a demonstrar que era inexigível comportamento diverso por parte da acusada Maria Celma Bernardo de Lima.

Por um lado, as provas produzidas durante a instrução criminal foram robustas no sentido de demonstrar que o ofendido, de fato, abusou sexualmente de 2 (duas) das suas filhas e de sua neta impúbere. Nesse sentido, encontram-se as declarações fornecidas pelos 4 (quatro) filhos do casal, bem como o teor do interrogatório da acusada, os quais relatam, com detalhes, como se deram esses abusos sexuais.

Por outro lado, no entanto, as circunstâncias e as peculiaridades do caso demonstram que a acusada tinha conhecimento de tais abusos já há bastante tempo, pelos menos, desde a época em que suas filhas saíram de casa, contudo, nunca tomou nenhuma posição contra tais condutas libertinas de seu esposo, seja no sentido de deixar conviver com ele ou até mesmo de denunciá-lo às autoridades competentes. Na verdade, a reação extrema da denunciada (assassinar) se deu, justamente, no dia em que ela flagrou seu marido com a amante, quando ele afirmou que sairia de casa para conviver com sua concubina.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, se a denunciada, há muito, sabia do histórico de abusos sexuais contra suas filhas e neta, mas nada fez a respeito, ao passo que decidiu assassinar o ofendido justamente no dia em que ele afirmou que abandonaria o lar para viver com outra mulher, tudo indica que este foi a verdadeira motivação do crime, não aquela alegada.

Ademais, ainda que, de fato, a acusada tivesse agido motivada pelos abusos sofridos por suas filhas, não restaria caracterizada a inexigibilidade de conduta diversa, uma vez que poderia tomar outra medida eficaz, tal como reportar os fatos á autoridade policial.

Assim sendo, entendo que a tese de inexigibilidade de conduta diversa destoa por completo do arcabouço probatório.

Por derradeiro, não há que falar em ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA, uma vez que inexiste tal previsão em nosso ordenamento jurídico.

Segundo o art. 386, VI, do CPP, são causas que excluem o crime ou isentam a pena: erro sobre elementos do tipo (art. 20, CP), discriminantes putativas (art 20, parágrafo único, CP), erro sobre a ilicitude do fato (art. 21, CP), coação moral irresistível e obediência hierárquica (art. 22, CP), estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal (art. 23, CP), inimputabilidade (art. 26, CP), embriaguez completa e não preordenada (art. 28, §2º, CP).

Por outro lado, o legislador não previu a hipótese de absolvição por clemência, de modo que o édito absolutório, por isenção de pena ou exclusão de iliticitude [sic], só será possível nas hipóteses descritas no parágrafo acima.

Ressalte-se, por oportuno, que tal entendimento não conflita com o que restou decidido por este Tribunal de Justiça, nos Embargos Infringentes nº 013.2003.001920-5/004, em sessão plenária do dia 29/02/2012. Com efeito, naquela ocasião, o Pleno desta Corte de Justiça entendeu ser obrigatória a formulação aos jurados do 3º (terceiro) quesito, nos termos do art. 483, III e §2º, CPP ("o jurado absolve o acusado?"), independentemente das teses sustentadas pela defesa.

Nada se decidiu, porém, quanto à possibilidade de o Conselho de Sentença, ao responder afirmativamente ao 3º (terceiro) quesito, julgar por fatores extrajurídicos, como a clemência, indulgência e outros valores humanos Ao revés, no corpo do voto vencedor, deixou-se consignado que eventual contradição com as provas produzidas no processa poderá vir a ser

Superior Tribunal de Justiça

questionada em sede de apelação. Eis o excerto do referido julgado:

"O respectivo quesito, portanto, deve obrigatoriamente ser formulado. Caso a resposta venha contradizer as provas dos autos, cabe a parte interessada impugnar a questão por meio de apelação, nos moldes do art. 593, III, d, do Código de Processo Penal'."

Assim, pelas razões já exaustivamente expostas, entendo que, em nosso sistema, a soberania do Júri não é absoluta ao ponto de autorizar que os jurados decidam de forma totalmente desvinculada das provas carreadas aos autos, por mera clemência.

Tudo isso, claro, num primeiro julgamento. Se, porém, anulado o Júri, por ser a decisão absolutória manifestamente contrária à prova dos autos, o Conselho de Sentença novamente entender pela absolvição, não haverá mais como reformar essa decisão, com fulcro no art. 593, III, "d", CPP, consolidando-se, assim, um possível julgamento por clemência, mas isso por expressa vedação legal (art. 593, §3º, CPP).

Assim, a decisão do Conselho de sentença não encontra amparo no substrato probatório, o que conduz a anulação do julgamento, para sujeição do acusado a novo Júri, nos termos do §3º do art. 593 do CPP.

[...]. - grifei

Com efeito, verifico que o acórdão recorrido se encontra em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Como é cediço, com o advento da Lei n. 11.689/2008, a sistemática de quesitação no Tribunal do Júri sofreu significativa alteração, com vistas a facilitar o julgamento e reduzir as chances de ocorrerem nulidades. Essa simplificação erradicou o excesso de formalismo e racionalizou a forma de elaborar os quesitos.

A principal alteração promovida pelo referido diploma legal diz respeito ao quesito trazido no art. 483, inciso III, do Código de Processo Penal, sendo imprescindível questionar aos jurados "se o acusado deve ser absolvido", ainda que a resposta aos quesitos anteriores, relativos à materialidade e à autoria,

Superior Tribunal de Justiça

tenha sido afirmativa.

Nessa linha, a Terceira Seção desta Corte Superior, ao apreciar o HC n. 323.409/RJ, em julgamento realizado em 28/2/2018, acolhendo, por maioria, voto do Ministro FELIX FISCHER, firmou entendimento no sentido de que a decisão de clemência será passível de revisão pelo Tribunal de origem quando não houver respaldo fático mínimo nos autos que dê suporte à benesse. Cabe destacar o excerto abaixo, extraído do voto-vista elaborado pelo Ministro FELIX FISCHER:

Nesse diapasão, vale ressaltar que o entendimento desta Corte de Justiça, não visa criar óbice ao reconhecimento da possibilidade conferida aos jurados de absolver o acusado por sentimentos altruísticos, até mesmo por clemência, ao contrário, o que se pondera é o fato de ser tal absolvição desassociada de qualquer elemento de prova e, desse modo, ilegal, injusta, arbitrária, e até mesmo inconstitucional, premissas inadmissíveis em um Estado que se diz Democrático de Direito.

A absolvição dos réus pelos jurados com base no art. 483, inc. III, do Código de Processo Penal, não constitui decisão irreversível, podendo o Tribunal de origem, em sede de apelação, cassá-la, ao verificar que a conclusão alcançada pelo Conselho de Sentença é absolutamente dissociada das provas apresentadas no transcorrer da instrução e em plenário. Tal hipótese (art. 593, inc. III, 'd', do CPP), apesar de excepcional, não ofende a soberania dos veredictos (art. 5º, inc. XXXVIII, 'c', da Constituição Federal), pois exige a submissão do caso a novo juri, e caracteriza um mínimo de controle sobre o Conselho de Sentença, como corolário do duplo grau de jurisdição, no intuito de evitar excessos e arbitrariedades.

Desse modo, só será inatacável a opção dos Jurados que não seja manifestamente contrária à prova dos autos.

A mesma conclusão é alcançada na hipótese de absolvição por clemência. Muito embora possível tal resultado em julgamento pelo Tribunal do Júri, a decisão será passível de revisão pelo Tribunal de origem quando não houver respaldo fático mínimo nos autos que dêem suporte à benesse.

[...]. - grifei

Superior Tribunal de Justiça

Assim, o tema foi pacificado pela Terceira Seção nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JURI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA DOS JURADOS. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ART. 593, III, 'D', DO CPP. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. CASSAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. REVISÃO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I - O Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso próprio. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

II - A anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, 'd', do Código de Processo Penal), não viola a soberania dos veredictos.

III - Negar ao Ministério Público o direito ao recurso nas hipóteses de manifesto descompasso entre o veredicto popular e a prova dos autos implicaria violação à garantia do devido processo legal, que contempla, dentre outros elementos indispensáveis a sua configuração, o direito à igualdade entre as partes. (STF - HC 111207, Segunda Turma, Rel.^a Ministra Cármen Lúcia, SJe 17/12/2012).

IV - Inviável, na esfera do habeas corpus, o reexame da matéria fático-probatória. Ordem não conhecida. (HC 323.409/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/2/2018, DJe 8/3/2018).

Nessa linha, os seguintes julgados desta Corte Superior:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ART. 121, § 2º, II, IV e VI, NA FORMA DO ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - CP. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 593, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE RECONHECE DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DA ABSOLVIÇÃO. DESCABIDO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUE AMPARAM A RESPOSTA POSITIVA AO QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO. 2) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Conforme disposto no artigo 593, III, "d", e § 3º, do CPP, cabível novo julgamento pelo Tribunal do Júri se a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos.

1.1. No caso em tela, o Tribunal de origem constatou que a absolvição pelos jurados após reconhecida a autoria e a materialidade não encontrava respaldo no acervo probatório, sendo certo que não se admite absolvição por clemência ou outro título análogo, conforme precedentes.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1369974/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 21/10/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESACOLHIDOS. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO CONFIGURADAS. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. ACÓRDÃO QUE CRIA CONTRA LEGEM HIPÓTESE DE RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. HOMICÍDIO SIMPLES. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO PELOS JURADOS DECORRENTE DE CONTRADIÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS DOS QUESITOS. TESE DEFENSIVA LIMITADA À DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO, DE HOMICÍDIO DOLOSO PARA CULPOSO, TIPIFICADO NO ART. 302 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. VIOLAÇÃO DO ART. 593, III, "D", DO CPP. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO JÚRI. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. *Hipótese na qual o Tribunal a quo entendeu que, ao haver resposta afirmativa ao quesito previsto no inciso III e § 2º do art. 483 do CPP, não há possibilidade de o Ministério Público interpor recurso de apelação com base na decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, "d", do CPP), sob o fundamento de que o Tribunal do Júri é livre para absolver o réu por motivos desconhecidos, em homenagem ao princípio da soberania de seus veredictos.*

3. *Decisão que reconheceu, portanto, que o Conselho de Sentença goza de ilimitada liberdade para responder ao quesito genérico da absolvição, a despeito do contexto probatório constante dos autos e das teses defensivas suscitadas em Plenário, e pode por qualquer fundamento ou razão absolver o réu.*

4. *Acórdão que criou - contra legem - recurso exclusivo da defesa e negou ao Ministério Público a possibilidade de interposição de apelação com base em contradição entre as respostas dos quesitos ou em decisão manifestamente contrária à prova dos autos nos casos de absolvição segundo o quesito genérico do inciso III e § 2º do art.*

483 do CPP.

5. *As decisões do Conselho de Sentença são soberanas e não dependem de motivação ou fundamentação do Juiz Presidente do Tribunal do Júri ao proferir a sentença. No entanto, se ela se mostra claramente contraditória, é necessária a realização de novo julgamento do acusado pelo Conselho de Sentença.*

6. *A absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP não constitui decisão absoluta e irrevogável. O Tribunal pode cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário.*

7. *Na hipótese, conforme se extrai do conjunto probatório, a defesa não pleiteou a absolvição por clemência e sua única tese limitou-se à desclassificação do delito, de homicídio doloso para culposo, tipificado no art. 302 do Código Brasileiro de Trânsito.*

8. *Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1415980/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019).*

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. TRIBUNAL DO**

Superior Tribunal de Justiça

JÚRI. ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. POSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firmada no sentido de que "a absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição.

Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP" (HC n. 313.251/RJ, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/2/2018, DJe 27/3/2018).

2. Assim, faz-se necessário o retorno dos presentes autos ao Tribunal a quo para que, apreciando as provas e as razões recursais manifestadas pela acusação, proceda a novo julgamento, em observância às diretrizes fixadas pela jurisprudência da Terceira Seção desta Corte Superior.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1369287/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/6/2019, DJe 27/6/2019).

[...]. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROVIMENTO. SUBMISSÃO DO AGRAVANTE A NOVO JULGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. CONTRADIÇÃO ENTRE AS RESPOSTAS DADAS AOS QUESITOS. PRECLUSÃO. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS N. 282 E 356/STF. CONTRARIEDADE NA DECISÃO DOS JURADOS. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR E DA ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS.

[...]

3. "A absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III,

do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição. Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP." (HC 313.251/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 27/03/2018).

4. Há contradição na resposta dos quesitos quando a negativa de autoria for a única defesa apresentada e, afastado o argumento com a votação positiva quanto ao respectivo quesito, houver a absolvição pelo quesito genérico.

5. "Se a tese da defesa foi, única e exclusivamente, negativa de autoria, a absolvição reconhecida pelos jurados, no terceiro quesito (obrigatório) conflita com a resposta afirmativa dos leigos para os dois primeiros." (AgRg no REsp 1610764/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 29/08/2018)

6. Se a valoração dos elementos probatórios pelo Conselho de Sentença aponta ser o agravante o autor do delito, torna-se manifestamente contrária a esta mesma prova a sua absolvição, se não há qualquer argumento defensivo outro que não a negativa de autoria. Neste passo, não se verifica irregularidade alguma na decisão do Tribunal de origem, que encaminhou o acusado a novo julgamento, independentemente de uma profunda investigação no conteúdo dos testemunhos colhidos.

7. Agravo não conhecido. (AgRg no AREsp 667.441/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 4/4/2019, DJe 22/4/2019). - grifei

Destarte, a pretensão recursal não merece acolhida.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso IV, alínea "a", do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso II, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **nego**

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

